

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2020.02.10

ATA NÚMERO 65/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e José Damião Lopes Guedes de Melo, não tendo comparecido as Senhoras Vereadoras Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a sexagésima quinta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, a qual estava agendada para o dia seis de fevereiro corrente, e que, por conveniência de serviço, foi adiada para hoje.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Informou que as Senhoras Vereadoras Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra não estão presentes, por motivos pessoais, tendo sido deliberado por unanimidade justificar as respetivas faltas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número sessenta e quatro da reunião desta Câmara Municipal de vinte e três de janeiro findo, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

O **Senhor Presidente da Câmara** deu início ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente da Câmara**, acerca da colocação de um ponto de luz no cemitério municipal, informou que já falou com o Senhor Manuel Neves, o qual ficou de reunir com os restantes elementos da direção da Capela, aguardando por resposta deste para dar solução ao ponto de eletricidade sugerido pela Sra. Vereadora.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse que foi questionado pelo Senhor Vasco Lima acerca de uma carta que enviou a esta Câmara Municipal, sobre a sinalização de trânsito em Tarouca, à qual não obteve resposta.

Disse ainda, a propósito do boletim informativo "Viver Tarouca", recentemente publicado, que lhe chamou a atenção o facto de ter sido pago um prejuízo relativo a um ecoponto. Salientou que existem vários ecopontos e caixotes do lixo colocados em locais de perigo e que podem causar prejuízos a terceiros. Por isso, sugeriu que o Município efetue uma verificação e coloque pontos de apoio que garantam a fixação dos caixotes do lixo nos respetivos lugares, poupando, a posteriori, valores com indemnizações que até poderão ser elevadas.

Continuou dizendo que no referido boletim informativo foi publicado um artigo intitulado "Tarouca é um dos municípios

mais acessíveis para comprar casa no Distrito de Viseu", desconhecendo onde se encontra uma casa com estes preços em Tarouca. Parece-lhe que a ideia do artigo é boa, porque significa que o nosso concelho é um bom local para as pessoas se fixarem, mas, na sua opinião, os dados não fazem sentido com a realidade.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta, informou que a carta remetida pelo Senhor Vasco Lima está a ser analisada pelos serviços técnicos, com quem já tentou falar pessoalmente sobre o assunto, o que não foi possível, em virtude de o mesmo se encontrar ausente do país.

Disse ainda que em Tarouca neste momento não há apartamentos para arrendamento e há procura.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, em resposta, informou o seguinte:

1º No que respeita aos contentores do lixo, agradeceu o alerta do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, até porque continua a haver oportunidades de melhoria. Esclareceu que durante o ano passado foram colocados cerca de cinquenta fixadores, nos pontos mais problemáticos e que tal tarefa manter-se-á este ano. No entanto, no que respeita ao local junto à farmácia do Castanheiro do Ouro, é um problema que o Município não tem forma de resolver, porque o ecoponto caiu com o vento e o fixador não evitava a ocorrência.

2º No que respeita à notícia de que o Município é o dos mais acessíveis para comprar casa, disse que o artigo foi elaborado a partir de dados publicados por um instituto que faz este tipo de comparações. Salientou que esta notícia também entrou no *facebook* do Município e obteve o *feedback* de que efetivamente aquela data existiam casas com estes preços.

Terminado o período de antes da ordem do dia, e verificando-se que não há público presente, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Associação ZHT - Zona Histórica de Tarouca - pedido de atribuição de um subsídio para os festejos do Carnaval 2020

PONTO 2 - CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca - pedido de indicação de representante do Município - despacho do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 3 - Indemnização a Maria Albina Fernandes no valor de € 147,12, por prejuízos causados na sua viatura

PONTO 4 - Contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante total de € 300.000,00, destinado à execução das obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do inverno de 2019/2020 - ratificação dos despachos do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 5 - Pedido de autorização à Assembleia Municipal para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

total de € 300.000,00, destinado à execução das obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do inverno de 2019/2020 - proposta

PONTO 6 - 1ª alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2020 - proposta

PONTO 7 - 1ª alteração ao mapa de pessoal para 2020 - proposta

PONTO 8 - Alteração ao Regulamento para Apoio a Agregados Familiares desfavorecidos no concelho de Tarouca - proposta

PONTO 9 - Alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Município de Tarouca - proposta

PONTO 10 - Informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação referente ao período de 27.11.2019 a 07.02.2020

PONTO 11 - Aumento temporário dos fundos disponíveis do mês de fevereiro de 2020 (art.6º do Dec. Lei nº 127/2012, de 21 de junho)

PONTO 12 - Empreitada de "Regeneração e revitalização do núcleo antigo de Tarouca - Fase 2" - abertura de concurso público - proposta

PONTO 13 - Empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena" - abertura de concurso público - proposta

PONTO 14 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - período de 01.01.2020 a 05.02.2020 - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 15 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - período de 01.01.2020 a 05.02.2020 - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 16 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 17 - Associação Filarmónica de Tarouca - pedido de apoio financeiro

PONTO 1 - ASSOCIAÇÃO ZHT - ZONA HISTÓRICA DE TAROUCA - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO PARA OS FESTEJOS DO CARNAVAL 2020

Presente um ofício datado de oito de janeiro findo, remetido pela Associação ZHT - Zona Histórica de Tarouca, informando que pretendem dar continuidade à tradição da celebração do Carnaval, entre os dias vinte e vinte e cinco de fevereiro corrente, solicitando a atribuição de um subsídio para os mencionados festejos.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir à Associação ZHT - Zona Histórica de Tarouca um subsídio no valor de € 300 (trezentos euros), para o efeito solicitado, por se tratar de um evento de interesse municipal (alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09).

PONTO 2 - CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA - PEDIDO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente o pedido da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca de indicação de representante do Município naquela Comissão e o despacho do Senhor Presidente da Câmara nomeando Susana Cristina Sarmento Gouveia de Assunção, para o efeito.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de designação de Susana Cristina Sarmento Gouveia de Assunção, como representante deste Município na Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Tarouca.

PONTO 3 - INDEMNIZAÇÃO A MARIA ALBINA FERNANDES NO VALOR DE € 147,12, POR PREJUÍZOS CAUSADOS NA SUA VIATURA

Presente uma fatura em nome de Maria Albina Fernandes, residente em Tarouca, emitida pela sociedade "Auto Vale Central - Rep. e Com. De Automóveis, Lda" no valor de total de € 147,12 (cento e quarenta e sete euros e doze cêntimos), datada de vinte e um de dezembro do ano findo, relativa à reparação da sua viatura, com a colocação de um vidro da porta da frente direita.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que estes prejuízos ocorreram no lugar de Alcácima, em Tarouca, onde rolou uma pedra que atingiu a viatura da requerente.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade pagar à Senhora Maria Albina Fernandes, residente em Tarouca, uma indemnização no valor total de € 147,12 (cento e quarenta e sete euros e doze cêntimos), pelos prejuízos causados na sua viatura, por serem da responsabilidade desta Autarquia.

PONTO 4 - CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 300.000,00, DESTINADO À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DE VÁRIAS VIAS MUNICIPAIS, NA SEQUÊNCIA DAS INTEMPÉRIES DO INVERNO DE 2019/2020 - RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 28.01.2020, que a seguir se transcreve:

"CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, NO MONTANTE DE € 300 000,00 DESTINADO À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DE VÁRIAS VIAS MUNICIPAIS, NA SEQUÊNCIA DAS INTEMPÉRIES DO INVERNO DE 2019/2020

DESPACHO

Considerando que:

a) As recentes intempéries deste Inverno, nomeadamente, aquando da passagem pela nossa região das depressões "Elsa" e "Fabien", causaram graves danos em várias infraestruturas rodoviárias municipais que impedem o trânsito automóvel e pedonal em adequadas condições de segurança. Existem mesmo locais onde foi necessário vedar o respetivo acesso público;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

- b) É urgente e indispensável para a população local, a reparação das vias municipais afetadas, de modo a restabelecer a normalidade do trânsito automóvel, dado que, em alguns casos, não existem alternativas à respetiva circulação e de acesso aos lugares e localidades servidos pelas mesmas;
- c) O Município não dispõe de receitas próprias para financiar a execução das obras de reparação;
- d) A contratação de um empréstimo a longo prazo permitirá libertar recursos financeiros disponíveis a curto prazo para a satisfação de outros encargos fixos e assegura a prossecução dos objetivos fixados no artigo 48º da Lei nº73/2013, de 03.09;
- e) Existe margem utilizável de dívida, para efeitos do disposto na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09, na sua redação atual, **DECIDO**, ao abrigo do citado nº3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, solicitar às instituições bancárias abaixo indicadas, propostas para a contratação de um empréstimo, nas seguintes condições:
- * Finalidade: financiamento da execução das seguintes obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020:

Designação do investimento	Montante máximo do empréstimo
Estabilização de taludes e reparação de danos na EM 530 que liga Tarouca a Teixelo, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	109.370,00 €
Execução de muros de suporte e reparação de danos na EM 520 - Ucanha - Salzedas, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	52.050,00 €
Execução de muros de suporte e reparação de danos na Rua de S. Marcos em Valdevez, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	9.160,00 €
Execução de muros de suporte e reparação de danos na EM 1173, em Arguedeira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	18.730,00 €
Pavimentação do caminho do campo de aviação (Padrão) que liga Meixedo a Cimbres, na freguesia de Salzedas	87.895,00 €

Reparação de danos na Variante da Senhora do Terço (arruamento), que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	22.795,00 €
TOTAL	300 000,00

* Prazo: 20 anos

* Montante total: até € 300 000 (trezentos mil euros), distribuído pelos vários investimentos, conforme discriminado no mapa supra;

*Condições: isenção da comissão de liquidação antecipada total ou parcial; isenção de comissão de gestão; pagamento de juros semestrais; formalização de utilização: pedidos de libertação de fundos mediante pedido escrito.

As propostas deverão indicar: a taxa de juro, o "spread", período de utilização, todas as despesas, incluindo comissões de cobrança, comissão de imobilização, taxa de juros de mora e o prazo de validade da proposta.

Entidades bancárias a consultar:

- Banco BPI, S.A.;
- Banco Comercial Português, S.A.;
- Banco Santander, S.A.;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL;
- Caixa Económica Montepio Geral;
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- Novo Banco, S.A.

À próxima reunião da Câmara Municipal para ratificação.
Tarouca, 28 de janeiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Presente ainda o despacho do **Senhor Presidente da Câmara**, datado de 31.01.2020, que a seguir se transcreve:

"CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, NO MONTANTE DE € 300 000,00 DESTINADO À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DE VÁRIAS VIAS MUNICIPAIS, NA SEQUÊNCIA DAS INTEMPÉRIES DO INVERNO DE 2019/2020

DESPACHO

Em aditamento ao meu despacho datado de 28.01.2020, decido alterar o mapa com a identificação dos investimentos a financiar, por se verificar lapso na respetiva redação, nos seguintes termos:

* Finalidade: financiamento da execução das seguintes obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020:

Designação do investimento	Montante máximo do empréstimo
Reparação de danos no Caminho do Arco de Paradela, entre a Variante Este e o Outeiro de Mondim da Beira, que surgiram na sequência	141.728,00 €



EX 165
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2020.02.10

das intempéries do inverno 2019/2020	
Execução de muros de suporte e reparação de danos na EM 1173, em Arguedeira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	19.853,00 €
Pavimentação do caminho do campo de aviação (Padrão) que liga Meixedo a Cimbres, na freguesia de Salzedas	87.895,00 €
Reparação de danos no Caminho de Mões, em Mondim de Cima, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	50.524,00 €
TOTAL	300.000,00 €

À próxima reunião da Câmara Municipal para ratificação.
Tarouca, 31 de janeiro de 2020

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara informou que, tal como já tinha sido referido na anterior reunião do Executivo, é necessário contrair um empréstimo para reparar os grandes prejuízos que ocorreram em várias vias municipais, por ocasião das tempestades deste inverno. Disse ainda que, nas redes sociais as pessoas têm colocado fotografias de inúmeros caminhos em mau estado, cuja reparação não pode ser imediata, porque existem procedimentos a realizar que demoram e que estão a ser tratados.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os presentes despachos do Senhor Presidente da Câmara.

PONTO 5 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 300.000,00, DESTINADO À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DE VÁRIAS VIAS MUNICIPAIS, NA SEQUÊNCIA DAS INTEMPÉRIES DO INVERNO DE 2019/2020 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 300.000,00, DESTINADO À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DE VÁRIAS VIAS MUNICIPAIS, NA SEQUÊNCIA DAS INTEMPÉRIES DO INVERNO DE 2019/2020

PROPOSTA

Na sequência dos despachos do Senhor Presidente da Câmara de 28 e 31 de janeiro de 2020, submetidos a ratificação desta Câmara Municipal em sua reunião de 10.02.2020, foram consultadas 7 entidades bancárias para apresentação de propostas, tendo em vista a contratação de um empréstimo a

longo prazo, até ao montante de € 300.000,00, para financiamento da execução das obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020.

Respondeu ao convite do Município uma entidade bancária, que a qual foi objeto de análise e enquadramento legal, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 7 de fevereiro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Com fundamento na mencionada informação, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49.º, n.ºs 1, 2 e 5 da Lei n.º 73/2013, de 3.09, **com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego**, o seguinte empréstimo a longo prazo:

- **Empréstimo até 20 anos**, no montante total de € 300.000,00 destinado ao financiamento da execução das seguintes obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020:

Designação do investimento	Montante máximo do empréstimo
Reparação de danos no Caminho do Arco de Paradela, entre a Variante Este e o Outeiro de Mondim da Beira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	141.728,00 €
Execução de muros de suporte e reparação de danos na EM 1173, em Arguedeira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	19.853,00 €
Pavimentação do caminho do campo de aviação (Padrão) que liga Meixedo a Cimbres, na freguesia de Salzedas	87.895,00 €
Reparação de danos no Caminho de Mões, em Mondim de Cima, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	50.524,00 €
TOTAL	300.000,00 €

à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 12 meses", apurada com a referência ao

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 0,90%**, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta, com a ressalva de que a condição apresentada sob a denominação "garantias", deve observar o disposto no artigo 39º da Lei nº 73/2013, de 03.09.

Anexos:

- a) Ofícios-convite enviados;
- b) Proposta recebida;
- c) Respostas de quatro entidades bancárias;
- d) Informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira; e
- e) Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 7 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta autorização, vem acompanhada dos seguintes documentos: ofícios-convite enviados; proposta recebida; respostas de quatro entidades bancárias; informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira; e do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo salientou o baixo valor do spread proposto.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, solicitar à Assembleia Municipal, no uso da sua competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49º, nºs 1,2 e 5 da Lei nº 73/2013, de 3.09, **com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego**, o seguinte empréstimo a longo prazo:

- **Empréstimo até 20 anos**, no montante total de **€ 300.000,00** destinado ao financiamento da execução das seguintes obras de reparação de várias vias municipais, na sequência das intempéries do Inverno de 2019/2020:

Designação do investimento	Montante máximo do empréstimo
Reparação de danos no Caminho do Arco de Paradela, entre a Variante Este e o Outeiro de Mondim da Beira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	141.728,00 €

Execução de muros de suporte e reparação de danos na EM 1173, em Arguedeira, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	19.853,00 €
Pavimentação do caminho do campo de aviação (Padrão) que liga Meixedo a Cimbres, na freguesia de Salzedas	87.895,00 €
Reparação de danos no Caminho de Mões, em Mondim de Cima, que surgiram na sequência das intempéries do inverno 2019/2020	50.524,00 €
TOTAL	300.000,00 €

à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 12 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um **spread de 0,90%**, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta, com a ressalva de que a condição apresentada sob a denominação "garantias", deve observar o disposto no artigo 39º da Lei nº 73/2013, de 03.09.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020

PROPOSTA

As intempéries que assolaram o concelho de Tarouca e o país, nos meses de dezembro e de janeiro findos, causaram relevantes prejuízos em várias estradas e caminhos municipais, colocando em perigo/impedindo a circulação automóvel e de pessoas, em inúmeras localidades.

Os trabalhos de reparação dos prejuízos ocorridos são de elevado montante, conforme levantamento efetuado pelos serviços municipais.

Considerando que os investimentos a realizar, decorrentes destas circunstâncias excecionais e imprevistas, são urgentes mas não se encontram previstos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, é necessário proceder à respetiva alteração,

proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2020, cujos mapas se anexam:

* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 580 000;

* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 585 000 e diminuições/anulações no montante de € 5 000;

* 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação positiva no montante de € 540 000, no corrente ano;

* 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipal, que apresenta inscrições/reforços e diminuições/anulações, no montante de € 5 000, 00, cada, no corrente ano.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL (alínea b) do n°1 do artigo 17° do Decreto-Lei n° 192/2015, d e 11.09) e Norma de Contabilidade Pública 26 (anexo II ao Decreto-Lei n°192/2015, de 11.09)

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental. (ver anexo)

Paços do Município, 07.02.2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que esta revisão tem a ver com o empréstimo a contratar, uma vez que os investimentos a realizar devem estar previstos no Plano Plurianual de Investimentos.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2020, cujos mapas se anexam:

* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 580 000;

* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 585 000 e diminuições/anulações no montante de € 5 000;

* 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação positiva no montante de € 540 000, no corrente ano;

* 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipal, que apresenta inscrições/reforços e diminuições/anulações, no montante de € 5 000, 00, cada, no corrente ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2020 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2020"

PROPOSTA

Com a finalidade de assegurar o desenvolvimento do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) de Tarouca, que terminará em 30.09.2021, é necessário afetar ao projeto pessoal técnico e administrativo.

Uma vez que se pretende recrutar estes trabalhadores, cujas remunerações são financiadas pelos fundos comunitários, e que alguns dos serviços sejam prestados com subordinação jurídica ao Município, o vínculo de emprego público adequado é o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Por outro lado, há necessidade permanente de um(a) técnico superior, com formação em Geografia, para desempenhar funções no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Estes postos de trabalho não estão previstos no mapa de pessoal para 2020.

Neste contexto,

Proponho a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência conferida pela alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03.09 conjugado com o disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, nos termos do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20.06, **da 1ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Tarouca para 2020**, em anexo à presente proposta.

Paços do Município, 06 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira".

Verificou-se que a presente proposta de alteração prevê a criação de um posto de trabalho de técnico superior (psicólogo) e de um assistente administrativo (assistente administrativo), a preencher mediante a celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, e de um posto de trabalho de técnico superior (geógrafo) a preencher mediante a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que após uma reunião da CIMDouro foi abordado o tema e aconselharam que os técnicos que integram a tempo inteiro as equipas dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar devem ter um contrato de trabalho a termo certo. Por isso, se propõe a presente alteração, da qual não decorrerá o aumento da despesa suportada com aquele projeto.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias considerou justa a celebração destes contratos, no âmbito da relação Município/trabalhador, porque o recibo verde é injusto. No entanto, o que interessa é que não se transforme numa obrigação para o Município de admitir mais pessoal por tempo indeterminado.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente a proposta e solicitar à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03.09 conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20.06, da 1.ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Tarouca para 2020, em anexo à mesma.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA APOIO A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS NO CONCELHO DE TAROUCA - PROPOSTA
Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA APOIO A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS DO CONCELHO DE TAROUCA

PROPOSTA DE PROJETO

Em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal de 12.12.2019, foi publicitada a respetiva decisão de desencadear o procedimento da 1.ª alteração ao Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do concelho de Tarouca, mediante edital n.º 1/2020, datado de 03.01.2020, afixado no Edifício dos Paços do Município e nos lugares de estilo das freguesias e inserido na página eletrónica do município.

Entre os dias 3 e 31 de janeiro de 2020 decorreu o prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07.01.

Até ao termo do prazo fixado, não foram recebidos quaisquer contributos, nem pedidos de constituição de interessados, razão porque não há lugar a audiência prévia sobre o projeto de alteração (n.º 1 do artigo 100.º do CPA).

Assim, proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista nas alíneas v) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, do seguinte projeto de alteração ao referido regulamento:

Ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas v) e ccc) do n.º 1 do

artigo 33º e alínea g) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09 e nos termos dos artigos 99º, 136º e nº1 do artigo 142º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 07.01, a Assembleia Municipal em sessão de __/__/__, delibera, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião de __/__/__, **aprovar o seguinte projeto da 1ª alteração ao Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do Concelho de Tarouca:**

NOTA JUSTIFICATIVA

Em 01.06.2015, foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº 105, o "Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do concelho de Tarouca", após prévia aprovação pela Assembleia Municipal em sua sessão de 30.04.2015, sob proposta da Câmara Municipal de 16.04.2015. Decorridos mais de quatro sobre a data da sua entrada em vigor, constata-se que os resultados obtidos são positivos, na medida em que inúmeras famílias, com menores recursos económicos ou em situação de risco e de emergência social, puderam beneficiar de apoios atribuídos pelo Município e que lhes permitiram ultrapassar ou mitigar as dificuldades existentes.

A aplicação prática do regulamento revelou, no entanto, a existência de algumas omissões e a necessidade de alterações de algumas normas face à realidade atual.

Assim, com a presente alteração, procede-se à atualização dos tipos de apoios concedidos, extinguindo o Cartão Sénior, uma vez que o seu principal objetivo (apoio à terceira idade nas deslocações entre as freguesias do concelho) não carece atualmente de qualquer formalidade e abrange toda a população interessada.

Tendo em conta que os apoios são atribuídos apenas aos agregados familiares que comprovadamente se encontrem em situação de carência, a prova desta situação implica a apresentação de informação sobre o seu património até aqui não exigidos.

Por isso, o valor do rendimento mensal per capita deve ser inferior a 70% do Indexante dos Apoios Sociais (anteriormente, esta percentagem era de 50% da Retribuição Mínima Nacional) e os interessados passam também a ter que fazer prova do património mobiliário (depósitos bancários, ações, entre outros) cujo somatório não pode ser superior a € 5000,00.

Por força desta alteração, é atualizada a lista dos documentos exigidos para a instrução das candidaturas.

É eliminada a possibilidade de concessão de apoios à recuperação de habitações aos proprietários apenas de parte do imóvel, impedindo assim que os demais proprietários beneficiem deste apoio, ainda que não reúnam as condições de carência económica.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

Procede-se à alteração das regras de atribuição de apoios no âmbito do Banco Social, introduzindo o Cabaz de Natal e fixando as respetivas condições de acesso.

No que respeita ao vestuário e calçado, os interessados passam a poder beneficiar deste apoio duas vezes por ano, seja qual for a estação do ano.

O apoio complementar de saúde tem sido muito utilizado pelos nossos municípios. Contudo, a apreciação dos pedidos revelou a necessidade de suprir lacunas e atualizar as regras de atribuição e de instrução da respetiva candidatura.

Neste âmbito, passa a estar expressamente previsto o direito ao apoio por doentes oncológicos, o que até aqui não acontecia.

Uma vez que nas deslocações para estabelecimentos médicos inferiores a 25 km, a população dispõe de transportes públicos, o apoio passa a ser atribuído apenas nas situações em que a viagem de ida seja superior aquela distância.

No que respeita à atribuição do transporte, é exigida a apresentação de declaração de presença nos atos médicos e são fixadas regras de comunicação ao Serviço de Ação Social e Saúde das datas de agendamento das consultas e tratamentos, com antecedência, para permitir a melhor gestão das viaturas a utilizar.

Verificava-se que os beneficiários do apoio em medicamentos apresentavam inúmeros documentos de despesa, de reduzido montante. Com a presente alteração, o apoio será atribuído quando as faturas pagas perfizerem o valor mínimo de 20€.

Por outro lado, a atribuição da redução de 50% na mensalidade de utilização das Piscinas Municipais cobertas, revelou dificuldades no procedimento da respetiva aplicação, pelo que se procede à sua eliminação, mantendo-se a isenção total, com o limite de utilização duas vezes por semana. O utente passa também a estar obrigado à apresentação de documento comprovativo da frequência das aulas, semestralmente, sob pena de perda a isenção concedida.

Finalmente, no que respeita à Casa Albergue, trata-se um equipamento muito útil para dar resposta à necessidade de facultar uma habitação temporária a pessoas que, inesperadamente, ficam sem abrigo e não possuem meios económicos ou suporte familiar.

Estas situações de emergência são infelizmente frequentes. Com a presente alteração é reduzido de dois anos para um ano, o tempo de residência no concelho de Tarouca, para efeitos de admissão à Casa Albergue, possibilitando assim o acesso a um leque mais alargado de famílias.

Por outro lado, é aumentado o período de permanência, para seis meses, porque o período de três meses se revelou insuficiente para as famílias ali abrigadas colocarem em prática um novo projeto de vida.

Foram ponderados os custos e benefícios das medidas projetadas as quais implicam a redução dos custos administrativos com a apreciação dos pedidos e de logística, bem como a diminuição das dúvidas e do prazo de resposta aos pedidos recebidos. Em contrapartida, manter-se-ão os benefícios para a população local abrangida.

Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07.01, foi publicitada a decisão de desencadear o procedimento de alteração do presente regulamento, não tendo sido constituídos interessados, nem apresentados contributos.

É da competência da câmara municipal participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas a situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal, cuja aprovação é da competência da assembleia municipal (citada alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º).

Assim:

Artigo 1.º

É alterada a redação das alíneas e) e f) do artigo 1.º; das alíneas b) e d) a h) do n.º 1 do artigo 4.º; das alíneas f) e h) do artigo 5.º; do artigo 6.º; da alínea b) e das subalíneas i), iii), iv) e ix) da alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º; do artigo 9.º; das alíneas a) a c) do artigo 11.º; dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º; do n.º 1 do artigo 21.º; da alínea c) do artigo 24.º; do n.º 2 do artigo 26.º; dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º; dos artigos 50.º, 52.º e 53.º; do artigo 54.º; da alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º e do artigo 62.º do Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do Concelho de Tarouca, a qual passa a ser a seguinte:

"Artigo 1.º

Âmbito e objeto

(...)

e) Apoio complementar de saúde

f) Casa Albergue.

Artigo 4.º

Condições de atribuição

1. A atribuição dos apoios depende da satisfação das seguintes condições:

a) (...)

b) O rendimento mensal *per capita* do agregado familiar ser inferior a 70% do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), fixada para o ano em que o apoio é solicitado ou o último ano fiscal;

c) (...)

d) Não possuir outro tipo de apoios para o mesmo fim;

e) Não possuir dívidas ao Município de Tarouca;



Fl.

179

2020.02.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

- f) O apoio será concedido pelo período de 12 meses, podendo ser, eventualmente, renovado;
- g) O requerente apenas pode beneficiar de um apoio no âmbito deste regulamento;
- h) O somatório do património mobiliário (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros) de todos os elementos maiores do agregado familiar não poderá ser superior a 5 000 €.
- (...)

Artigo 5º**Conceitos**

Para efeitos de aplicação do presente regulamento, considera-se:

a) (...)

(...)

f) "Rendimento mensal" - conjunto de todos os rendimentos mensais ilíquidos auferidos pelo agregado familiar, qualquer que seja a sua origem e natureza.

(...)

h) "Situação económica precária" - Considera-se em situação económica precária os indivíduos isolados ou inseridos em agregado familiar, portadores de deficiência e/ou incapacidade, cujo rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior a 70% do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), fixado para o ano em que o apoio é solicitado ou o último ano fiscal.

Artigo 6º**Casos excecionais**

Consideram-se casos excecionais as situações de emergência social, ou seja, a situação de gravidade excecional resultante da insuficiência económica inesperada e/ou de fatores de risco social e de saúde no seio do agregado familiar, nomeadamente catástrofes, falecimento de elemento do agregado familiar, único titular de rendimentos, doença súbita, sem abrigo e vítimas de violência doméstica.

Artigo 7º**Instrução do processo**

1. O processo de candidatura aos apoios a conceder, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) (...)

b) Documentos pessoais (cartão cidadão ou bilhete de identidade, número de identificação fiscal, cartão de beneficiário de segurança social);

c) (...)

d) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar:

i) Declaração de IRS do último ano fiscal ou, na ausência de rendimentos, declaração comprovativa em como se encontra dispensado da entrega da Declaração de rendimentos (Modelo 3 do IRS), indicando o valor de rendimentos que usufruiu no ano transato;

ii) (...);

iii) Comprovativo de pensão auferida em Portugal e/ou no estrangeiro, dos elementos que se encontrem nessa situação;

iv) Recibos do vencimento ilíquido mensal de todos os elementos do agregado familiar, emitido pela entidade patronal, auferido em Portugal e/ou no estrangeiro (referente aos últimos 2 meses);

(...)

ix) Documento comprovativo indicando o saldo de todas as contas bancárias, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros de todos os elementos do agregado familiar, ou declaração emitida e assinada pelo requerente e restantes membros do agregado familiar pela qual se ateste a não titularidade;

(...)

Artigo 9º

Objeto e âmbito

O presente capítulo procede à definição dos critérios para a concessão de apoio a estratos sociais carenciados que residam no concelho de Tarouca destinados à recuperação, conservação e beneficiação de habitação própria e permanente.

Artigo 11º

Instrução do processo

Para além dos documentos gerais a que alude o n.º 1 do artigo 7º, deverão ser entregues os seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo de titularidade da habitação;
- b) Prova de residência permanente na habitação inscrita para o apoio e da titularidade da propriedade plena;
- c) Documento comprovativo de que o requerente ou outro membro do agregado familiar não possui outros imóveis destinados à habitação, não é arrendatário ou titular de rendimentos prediais a qualquer título.

Artigo 13º

Critério de atribuição em materiais para recuperação de habitação

1. (...)

2. Não pode o candidato ou qualquer outro membro do agregado familiar ser proprietário de outros imóveis destinados à habitação, arrendatário ou titular de rendimentos prediais a qualquer título.

3. Em casos excecionais de emergência social, devidamente ponderada pelo Presidente da Câmara e pelos serviços técnicos, poderão ser aprovados pela Câmara Municipal montantes superiores.

Artigo 21º

Verificação da execução das obras

1. As obras previstas no artigo 10.º serão orientadas e acompanhadas pelos Serviços Técnicos das Obras, por forma a garantir a efetiva aplicação dos apoios concedidos pelo Município.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

(…)

Artigo 24.º**Tipos de Bens**

No Banco Social podem existir os seguintes bens:

a) (…)

(…)

c) Cabaz de Natal

d) (…)

e) Ajudas económicas até ao limite máximo de € 100,00 (cem euros) desde que se trate de uma situação de caráter urgente e pontual e que comprovadamente ponha em causa a saúde do requerente ou a sua condição habitacional.

Artigo 26.º**Instrução do Pedido**

1. (…)

2. A candidatura será instruída com os documentos gerais referidos no artigo 7.º.

(…)

Artigo 29.º**CrITÉRIOS de admissão ao Banco Social**

1. A candidatura para o Cabaz de Natal deverá ser realizada durante o mês de outubro de cada ano.

2. Os beneficiários só poderão usufruir de vestuário e calçado duas vezes por ano.

Artigo 50.º**Objeto**

O presente capítulo estabelece as regras do transporte e apoio complementar nas despesas de saúde de doentes oncológicos, crónicos e indivíduos portadores de deficiências ou incapacidades, enquanto medida de apoio social na área da saúde à população do Concelho de Tarouca.

Artigo 52.º**Beneficiários**

São beneficiários deste apoio doentes oncológicos, crónicos e indivíduos portadores de deficiências ou incapacidades.

Artigo 53.º**Natureza dos apoios**

O apoio complementar de saúde consiste no seguinte:

a) Apoio nas deslocações a consultas, tratamentos e exames complementares de diagnóstico do foro médico, a distâncias superiores a 25 km;

b) Comparticipação nas despesas com medicamentos;

c) Isenção de pagamento da mensalidade na frequência de aulas de natação ou hidroginástica, duas vezes por semana, nas Piscinas Municipais cobertas do Município de Tarouca.

Artigo 54.º**Instrução do processo**

Para além dos documentos gerais a que alude o artigo 7.º das disposições gerais, deverão, ainda, ser entregues os seguintes documentos:

a) Para efeitos de atribuição do apoio nas deslocações:

i) Relatório médico que comprove que o requerente é portador de: doença oncológica; doença crónica; deficiência ou incapacidade;

ii) Apresentação de comprovativo do agendamento de consultas, tratamentos e exames complementares de diagnóstico do foro médico, no Serviço de Ação Social e Saúde, pelo menos 3 dias antes do dia da realização do serviço de transporte;

iii) No dia anterior ao transporte, o interessado deve informar-se junto do Serviço de Ação Social e Saúde, da hora e local de saída;

iv) Apresentação da respetiva declaração de presença, após cada consulta, tratamento ou exame complementar de diagnóstico do foro médico, no Serviço de Ação Social e Saúde.

b) Para efeitos de atribuição da comparticipação nas despesas com medicamentos:

i) Relatório médico que comprove que o requerente é portador de: doença oncológica; doença crónica; deficiência ou incapacidade;

ii) Comprovativo da medicação prescrita para as patologias referidas na subalínea anterior;

iii) Para efeitos de reembolso dos valores pagos deverá ser apresentado o original de cada fatura liquidada emitida pela farmácia e a guia de tratamento, junto do Serviço de Ação Social e Saúde;

iv) O reembolso será efetuado após perfazer o valor total em faturas igual ou superior a 20,00 €.

c) Para efeitos de atribuição da isenção de pagamento da mensalidade na frequência de aulas de natação ou hidroginástica, duas vezes por semana, nas Piscinas Municipais cobertas do Município de Tarouca:

i) Relatório médico que comprove que o requerente é portador de: doença oncológica; doença crónica; deficiência ou incapacidade;

ii) Relatório médico que comprove a necessidade da prática de atividades aquáticas para melhorar o bem-estar físico e psicológico do requerente;

iii) Documento comprovativo de frequência das aulas, semestralmente.

Artigo 59º

Processo de admissão dos utentes

1. A admissão deverá obedecer aos seguintes critérios:

a) Indivíduos que comprovem ter residência no concelho de Tarouca, há pelo menos, 1 ano, a contar da data do pedido, ou serem naturais do concelho de Tarouca;

(...)

Artigo 62º

Permanência

A permanência na Casa Albergue não deve ultrapassar os seis meses, exceto se os utentes não conseguirem, neste período,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2020.02.10

pôr em prática o projeto de vida elaborado individualmente de acordo com as suas possibilidades. "

Artigo 2º

São revogados: a alínea d) do artigo 1º; o nº3 do artigo 4º; a subalínea x) da alínea d) do nº1 do artigo 7º; o artigo 15º; a alínea d) do artigo 24º; as subalíneas i) a iii) da alínea b) do artigo 25º; os nºs 1, 3 e 4 do artigo 26º; os artigos 28º, 30º, 32º, 44º a 49º.

Artigo 3º

A presente alteração entra em vigor decorridos cinco dias sobre a data da sua publicação na segunda série do Diário da República.

Paços do Município, 7.02.2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que, na sua opinião, os regulamentos quanto mais simples melhor para poderem aplicar-se no dia a dia.

O Senhor Presidente da Câmara informou que foram as técnicas do serviço social que elaboraram a presente proposta, com o objetivo de simplificar os procedimentos e de esclarecer dúvidas na sua aplicação.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade propor à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência prevista na alínea g) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, do projeto da 1ª alteração ao Regulamento para apoio a agregados familiares desfavorecidos do concelho de Tarouca, nos termos da proposta supratranscrita.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAROUCA - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAROUCA**PROPOSTA DE PROJETO**

Em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal de 12.12.2019, foi publicitada a respetiva decisão de desencadear o procedimento da 1ª alteração ao Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca, mediante edital nº 2/2020, datado de 03.01.2020, afixado no Edifício dos Paços do Município e nos lugares de estilo das freguesias e inserido na página eletrónica do município.

Entre os dias 3 e 31 de janeiro de 2020 decorreu o prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos, nos termos do nº1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº4/2015, de 07.01.

Até ao termo do prazo fixado, não foram recebidos quaisquer contributos, nem pedidos de constituição de interessados, razão porque não há lugar a audiência prévia sobre o projeto de alteração (nº1 do artigo 100º do CPA).

Assim, **proponho** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência prevista na alínea g) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, do seguinte projeto de alteração ao referido regulamento:

Ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e alínea g) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09 e nos termos dos artigos 99º, 136º e nº1 do artigo 142º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 07.01, a Assembleia Municipal em sessão de ____/____/____, delibera, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião de ____/____/____, **aprovar o seguinte projeto da 1ª alteração ao Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca:**

NOTA JUSTIFICATIVA

Em 17.03.2016, foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº54, o "Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca", após prévia aprovação pela Assembleia Municipal em sua sessão de 29.02.2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 11.02.2016, tendo como principal objetivo atenuar e contrariar a diminuição da taxa de natalidade, assim como os problemas que lhe estão subjacentes, por forma a salvaguardar-se o futuro geracional da população do concelho.

Decorridos mais de três anos sobre a data da sua entrada em vigor, constata-se que os resultados obtidos são positivos, na medida em que cerca de 160 famílias já puderam beneficiar do incentivo à natalidade.

No entanto, a aplicação do regulamento evidenciou a existência de algumas omissões e a necessidade de aperfeiçoamento da atual redação de várias normas.

Com a presente alteração, é simplificada a redação do artigo 3º, que estabelece as condições gerais de atribuição do incentivo à natalidade, do qual continuam a beneficiar todos os requerentes que residam no concelho de Tarouca no mínimo há 6 meses contínuos, anteriores à data do nascimento da criança.

Por outro lado, o prazo para apresentação da candidatura era de 60 dias o qual se revelou insuficiente para que os interessados fizessem a sua candidatura. Por isso, este prazo é alargado para seis meses contínuos, contados a partir do nascimento da criança.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

Finalmente, a principal alteração tem a ver com o modo de pagamento do incentivo.

De facto, o procedimento de atribuição do incentivo é complexo e moroso, quer para o requerente, quer para os serviços, na medida em que obriga à junção pelos beneficiários dos recibos das faturas pagas de bens e serviços adquiridos no concelho de Tarouca.

Ora, esta tarefa é de difícil concretização para as famílias, obrigadas a realizar e apresentar despesas, não raro, durante um ano e em pagamentos parciais, de modo a lograrem receber a totalidade do incentivo.

A nova redação dada ao artigo 8º determina o pagamento do incentivo mediante transferência bancária, numa única prestação, sendo para o efeito suficiente que os interessados reúnam comprovadamente as condições fixadas no citado artigo 3º, sem necessidade de apresentação de comprovativos da despesa efetuada.

Foram ponderados os custos e benefícios das medidas projetadas, as quais implicam a significativa redução do tempo despendido pelos interessados para recebimento efetivo do incentivo, bem como dos custos administrativos com a apreciação e decisão dos pedidos, por parte dos serviços municipais. Em contrapartida, manter-se-ão os benefícios para a população local abrangida, prevendo-se que o número de crianças apoiadas aumente, melhorando assim a eficácia da medida.

Nos termos do nº1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº4/2015, de 07.01, foi publicitada a decisão de desencadear o procedimento de alteração do presente regulamento, não tendo sido constituídos interessados, nem apresentados contributos.

É atribuição do Município a promoção do desenvolvimento, sendo da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar regulamentos com eficácia externa (alínea m) do nº2 do artigo 23º, alínea g) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09).

Assim:

"Artigo 1º

É alterada a redação da alínea b) do artigo 3º; o nº1 e as alíneas a) e c) a e) do nº2 e o nº3 do artigo 4º; os nºs 1 e 2 do artigo 6º; o nº 4 do artigo 7º e o nº1 do artigo 8º do "Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca", cuja redação passa a ser a seguinte:

"Artigo 3.º**Condições gerais de atribuição**

São condições de atribuição do incentivo, cumulativamente:

a) (...)

b) Que o requerente ou requerentes do direito ao incentivo residam, em alguma das freguesias do concelho

de Tarouca, no mínimo há seis meses contínuos, anteriores à data do nascimento da criança.

(...)

Artigo 4.º

Instrução da candidatura

1. As candidaturas serão entregues no Serviço de Ação Social e Saúde do Município com requerimento próprio, fornecido pelos serviços, devidamente preenchido e assinado.

2. O candidato deve juntar ao requerimento os seguintes documentos:

a) Cartão cidadão ou bilhete de identidade, número de identificação fiscal, cartão de beneficiário de segurança social;

b) (...)

c) Cópia do Registo/Certidão de Nascimento do latente;

d) Número de Identificação Fiscal do latente;

e) Fotocópia do Número de Identificação Interbancária (IBAN).

3. As candidaturas podem ser apresentadas até seis meses, contados a partir da data de nascimento do latente.

Artigo 6.º

Análise e fiscalização das candidaturas

1. O processo de candidatura será analisado pelos Técnicos do Serviço de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Tarouca

2. Em caso de dúvidas, os técnicos do Serviço de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal podem em qualquer momento requerer ou proceder a diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da veracidade das informações prestadas para avaliação do processo, através de qualquer meio de prova idónea.

3. (...)

Artigo 7.º

Decisão e audiência prévia

1. (...)

(...)

4. A reavaliação do processo e a decisão final será, posteriormente, comunicada ao requerente.

Artigo 8.º

Valor e atribuição do Apoio

1. O valor total do apoio a atribuir é de 600€, pago por transferência bancária.

(...)

Artigo 2º

São revogadas as alíneas a) e b) do nº1 e o nº3 do artigo 8º.

Artigo 3º

A presente alteração entra em vigor decorridos cinco dias sobre a data da sua publicação na segunda série do Diário da República.

Paços do Município, 7.02.2020

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020.02.10

O Presidente da Câmara,
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade propor à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência prevista na alínea g) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, do projeto da 1ª alteração ao Regulamento municipal de incentivo à natalidade no Município de Tarouca, nos termos da proposta supratranscrita.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10 - INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 27.11.2019 A 07.02.2020

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 27.11.2019 a 07.02.2020

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2018, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2019, junto se anexa a respetiva lista, **até 31.12.2019 e entre 01.01.2020 e 07.02.2020**, cujos valores totais a seguir se indicam:

Período de 27.11.2019 a 31.12.2019		
Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2019
2020	190 238,25 €	853 281,95 €
2021	18 807,11 €	289 784,47 €
2022	0,00 €	192 630,60 €
2023	0,00 €	132 721,98 €
2024	0,00 €	130 483,43 €
2025 e seguintes	0,00 €	1 996 631,71 €
TOTAL	209 045,36€	3 595 534,14 €

Período de 01.01.2020 a 07.02.2020		
Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2020

2021	478 456,53 €	478 456,53 €
TOTAL	478 456,53 €	478 456,53 €

Paços do Município, 07.02.2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos, composta por três folhas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11 - AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2020 (ART.6º DO DEC. LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO)

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019 (ARTIGO 6º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO)

DESPACHO

O nº1 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 02.06, considera «fundos disponíveis» as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:

- . A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;
- . As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;
- . A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;
- . A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;
- . O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;
- . As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas;

. **Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).**
De acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 88º da Lei nº71/2018, de 31.12 (aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2019), em 2019, na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsector local, devem ser consideradas as



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2020.02.10

verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes referidas nas subalíneas i), ii) e iv) da alínea f) do artigo 3º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), e nas alíneas a), b) e d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06, na sua redação atual, tendo como limite superior, quando se trate de entidades com pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2018, 85% da média da receita efetiva própria, cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita e com caráter pontual ou extraordinário.

Esta norma mantém-se em vigor, em 2020, até à aprovação do Orçamento do Estado para o corrente ano (conforme previsto no artigo 12º-H da Lei nº 91/2001, de 20.08).

Neste contexto, verifica-se que o saldo inicial dos fundos disponíveis do mês de **fevereiro de 2019** é de - 2 779 045,04 €, montante insuficiente para assegurar os compromissos já assumidos e a assumir no período de cálculo, nomeadamente os referentes a remunerações, amortização de empréstimos e despesas gerais de funcionamento.

O art.º 4.º da LCPA determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal (alínea c) do nº1).

Por seu turno, o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho estabelece que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o artigo 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

A execução orçamental do mês de **fevereiro de 2019** cumpriu o disposto no artigo 7º da LCPA, conjugado com o disposto no artigo 14º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, ou seja, não houve aumento dos pagamentos em atraso (cfr. mapa em anexo).

Neste contexto, e considerando ainda que os fundos disponíveis devem ser determinados até ao 5º dia útil de cada mês:

APROVO, ao abrigo da alínea c) do nº1 do artigo 4º da LCPA e do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.6º do citado Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, **o aumento excecional dos fundos disponíveis do mês de fevereiro de 2020, no valor de € 3 166 940, conforme melhor discriminado no mapa em anexo.**

À próxima reunião da Câmara Municipal para ratificação.

Paços do Município, 6 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.

PONTO 12 - EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE TAROUCA - FASE 2" - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE TAROUCA - FASE 2"

ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO

PROPOSTA

Considerando que:

a) O Município candidatou ao Programa Operacional Regional do Norte a execução da empreitada de "Regeneração e revitalização do núcleo antigo da Tarouca - Fase 2", no âmbito do PARU - Reabilitação Urbana, tendo o respetivo termo de aceitação sido assinado em 30 de dezembro de 2019;

b) esta empreitada está prevista no Plano Plurianual de Investimentos para 2020,

proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09:

1º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Regeneração e revitalização do núcleo antigo da Tarouca - Fase 2" e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto);

2º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 219.308,50.

3º abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 219.308,50, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474º do CCP: € 5.225.000,00);

4º aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:

Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2020.02.10

Vogais suplentes - Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira.

6º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Paços do Município, 06 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira "

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do projeto, orçamento e caderno de encargos da empreitada; do programa de concurso e do anúncio de abertura do concurso público.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma: 1º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Regeneração e revitalização do núcleo antigo da Tarouca - Fase 2" e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto);

2º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 219.308,50.

3º abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 219.308,50, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474º do CCP: € 5.225.000,00);

4º aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:

Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico;

Vogais suplentes - Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira.

6º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12 - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE SANTA HELENA" - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - PROPOSTA
Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE SANTA HELENA"

ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO

PROPOSTA

Considerando que:

a) O Município candidatou ao Programa Operacional Regional do Norte a execução da empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena", no âmbito dos Projetos Âncora, tendo o respetivo termo de aceitação sido assinado em 16 de julho de 2019;

b) esta empreitada está prevista no Plano Plurianual de Investimentos para 2020;

c) a Assembleia Municipal em sessão de 05 de setembro de 2019 autorizou a assunção do compromisso plurianual;

proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09:

1º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena" e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto);

2º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 398.370,44.

3º abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 398.370,44, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2020.02.10

alínea a) do n.º 3 do artigo 474º do CCP: € 5.225.000,00);

4º aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:

Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico;

Vogais suplentes - Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira e Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior.

6º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no n.º2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Paços do Município, 07 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do projeto, orçamento e caderno de encargos da empreitada; do programa de concurso e do anúncio de abertura do concurso público.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o anterior concurso público ficou deserto, porque, de acordo com a informação dos serviços, o valor base era muito baixo.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma:

1º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena" e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto);

2º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 398.370,44.

3º abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 398.370,44,

procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474º do CCP: € 5.225.000,00);

4º aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:

Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico;

Vogais suplentes - Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira e Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior.

6º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no n.º2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 01.01.2020 a 05.02.2020

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Santa Casa de Misericórdia de Tarouca**

Total: € 75,01

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para as instalações da Santa Casa Tarouca, 06 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2020.02.10

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 15 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 01.01.2020 a 05.02.2020

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Cidade de Tarouca

Total: € 319,68

Finalidade: Apoio em espécie (refeições) aquando da recolha de sangue no dia 22.12.2019.

Tarouca, 06 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 16 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número vinte e sete, de sete de fevereiro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 20.139,43 (vinte mil e cento e trinta e nove mil e quarenta e três cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 182.060,90 (cento e oitenta e dois mil e sessenta euros e noventa cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 17 - ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA DE TAROUCA - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO

Presente um ofício da Associação Filarmónica de Tarouca, datado de dez de dezembro do ano findo, informando que o solista de trompete, Francisco Funina, se deslocou a Bruxelas entre os dias dezanove e vinte e quatro de dezembro do ano findo, para realizar um concerto com uma orquestra internacional e lhe ser entregue um prémio individual, solicitando

a atribuição de um apoio para fazer face a despesas de logística.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir à Associação Filarmónica de Tarouca um subsídio no valor de €300,00 (trezentos euros), para o efeito solicitado, de reconhecido interesse municipal (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel de Sousa Figueiredo*, Chefe de Divisão, a subscrevi.

